

Capítulo 3 – Práticas da comunidade de informações no Brasil

E ficou uma sigla muito interessante, porque DOI...

(Fiúza de Castro)

Este capítulo analisa a área operacional dos órgãos de informações de duas formas. Em um primeiro momento, a ação destes serviços de forma independente. Ou seja, quais eram as práticas exercidas pelo SNI, pelo CIE, CISA e CENIMAR. No segundo, abordaremos algumas ações que estes centros desenvolveram de forma coordenada e como se efetuava a relação de cooperação entre eles. A atuação destes órgãos, seja de forma isolada ou conjunta, é uma questão essencial para que se possa compreender a atual dificuldade do país em abordar os assuntos relacionados à área de informações e inteligência.

A atividade de informações no Brasil já existe de forma oficial desde 1927 e órgãos especializados existem desde o final da década de 1940, impulsionados pelo surgimento da Guerra Fria (SIM, SFICI, SNI). Mas o fator fundamental na construção do estigma da atividade foi a entrada dos centros de informações na repressão política no final da década de 1960. Este será o nosso eixo de análise, pois foi a partir do momento em que as forças armadas chamaram para si a responsabilidade pela manutenção da lei e da ordem no país, que começaram a ocorrer as várias “atrocidades do regime”, responsáveis pela ojeriza que grande parte da sociedade passou a ter deste tipo de atividade.

É certo que uma série de violações aos direitos civis e humanos começaram a ocorrer imediatamente após o golpe de 1964, como cassações, prisões e ocorrências de torturas, principalmente na região Nordeste do Brasil. Entretanto, a expansão do SNI, a criação das agências de informações das Forças Armadas e a reorientação doutrinária dentro do CENIMAR passaram a ocorrer a partir deste momento.

Neste ponto cabem algumas observações: as perseguições políticas no país e a prática de tortura como validação de verdades não foram uma novidade do regime militar. Na ditadura Vargas, por exemplo, assuntos relacionados à oposição política eram tratadas

como caso de polícia e de perseguição política. Como lembra Roberto Kant Lima, a tortura faz parte de uma prática jurídico-policial do Brasil, que remonta a tempos bem longínquos.¹³⁷ Desde o período colonial vigem os procedimentos de descoberta e validação de informações, amparadas pelos procedimentos eclesiásticos de ênfase inquisitorial. Esta prática permaneceu indiferente aos novos ordenamentos jurídico-político-constitucionais que o país conheceu.

Aqui predominou a prática do *inquest*, um tipo de procedimento preliminar, não necessariamente judicial, que consiste em uma iniciativa tomada pelo Estado. Enquanto detentor de informações sobre um determinado delito, o Estado coleta sigilosamente, indícios que possibilitem descobrir sua autoria, a fim de atribuir as devidas responsabilidades. Na prática judicial brasileira, após serem concluídas as investigações, o suspeito é interrogado e caso haja indícios suficientes que possam lhe atribuir a autoria ele é indiciado. Desta forma, quando uma pessoa é indiciada, começa o processo judicial oficial, no qual a culpa do suspeito já é presumida e cabe ao interrogador manipular a condução das perguntas, de forma a induzir o suspeito – culpado ou não – a cair em contradições e construir sua confissão. Uma vez arrancada a “confissão”, esta justifica todo tipo de prática impetrada pelo inquisidor.¹³⁸

Esta tradição inquisitorial não fica restrita apenas às práticas judiciais e policiais, como veremos no caso da atuação dos nossos serviços de informações à época do regime militar. A prática imposta neste processo foi uma extensão, à política, das práticas judiciais e policiais brasileiras. Percebemos que a tortura, a coação e a inquisitorialidade, “ao contrário de serem distorções do nosso sistema investigativo, são apenas uns de seus componentes tradicionais.”¹³⁹

Parte dos interrogatórios conduzidos pelos serviços de informações configuravam um tipo de procedimento no qual quem detinha a iniciativa era o Estado, que partia de uma determinada “verdade”, de uma verdade “produzida”, que buscava “confirmar”. O Estado era representado pelo interrogador, que embora sendo apenas um funcionário, agia em seu

¹³⁷ LIMA, Roberto Kant. Verdade ou mentira? Uma perspectiva comparada do processo Brasil-EUA. In: CARVALHO, Juiz Amílton de. *Revista de Direito Alternativo*. n.2, 1993. p.62.

¹³⁸ Maiores informações sobre o processo de produção de verdades no Brasil, ver: LIMA. Verdade ou mentira? Uma perspectiva comparada do processo Brasil-EUA.

¹³⁹ LIMA, Roberto Kant. Tradição inquisitorial no Brasil, da Colônia à República: da Devassa ao inquérito policial. In: *Religião e sociedade*. n 16, 1992. p.97.

nome, sem, necessariamente, ter sido delegado por ele para o desempenho de determinadas funções.

A título de exemplo, poderíamos citar o caso da “Operação Mesopotâmia”, uma operação realizada pelo CIE na região de Imperatriz, no estado do Maranhão, cujo relatório anterior à atividade repressiva já nomeava todas as pessoas que deveriam ser presas, qual o grau de envolvimento de cada uma com as atividades clandestinas e que tipo de contribuição elas poderiam dar nos interrogatórios.¹⁴⁰

Mas antes de nos envolvermos propriamente nas práticas exercidas pela comunidade de informações, analisaremos primeiro as justificativas que o Estado apresentou para o envolvimento das Forças Armadas no combate à subversão.

A entrada da Forças Armadas no combate à subversão

De acordo com os depoimentos consultados, a perspectiva predominante era de que havia grande necessidade da entrada das Forças Armadas no combate à subversão, pois acreditava-se que as estruturas policiais não tinham preparo para desempenhar tal tarefa. De acordo com os generais Fiúza de Castro e Rubens Denys, a questão era que a guerrilha envolvia todo o território nacional e não respeitava as jurisdições e as fronteiras estaduais. As polícias estaduais não tinham condições de agir em âmbito nacional e ainda não havia uma polícia federal estruturada. Segundo o general Carlos Tinoco, as Forças Armadas seriam as únicas que teriam “condições de centralizar o combate à subversão.”¹⁴¹

Embora alguns dos depoentes acreditassem que “a inteligência dos militares estava acima da capacidade de repressão dos órgãos policiais”, como é o caso do general Octávio Costa, nem todos acreditavam que as Forças Armadas já estivessem preparadas para o combate à subversão.¹⁴² Na opinião do general Fontoura, “as forças armadas, tanto quanto a polícia, não tinha qualquer preparo para combater a guerra de guerrilhas (...) tanto que levou muito tempo para acabar com a guerrilha.”¹⁴³

¹⁴⁰ RIDENTI, Marcelo. Documentos para a história da guerra suja. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 abril. 1998. O País, p.8.

¹⁴¹ Fiúza de Castro, 1994. p.41, Rubens Bayna Denys, 1998 e Carlos Tinoco, 1998.

¹⁴² Octávio Costa, 1994. p.277.

¹⁴³ Alberto Fontoura, 1994. p.84.

Deste tipo de pressuposto partem as justificativas para criação do CIE e do CISA, uma vez que já existia o SNI e os E2. De acordo com eles, era preciso criar mecanismos próprios para possibilitar às Forças Armadas o combate à subversão.

O brigadeiro Burnier é um dos oficiais que acredita que desde o golpe, ainda em 1964, as polícias estaduais - civis e militares - não tinham quaisquer condições de controlar “a penetração marxista dentro dos órgãos de comunicação e administração pública.” Para ele, nem mesmo as Forças Armadas tinham este preparo, mas por motivo de força maior teriam sido obrigadas a entrar neste combate. Segundo seu depoimento, foi em 1968 que Negrão de Lima, então governador da Guanabara, diante da incapacidade de sua polícia em combater o movimento de oposição, solicitou o apoio das Forças Armadas.¹⁴⁴

A oficialização da participação das Forças Armadas no combate à subversão se deu com a edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, após o início dos seqüestros que alguns setores de esquerda realizaram para forçar os militares a liberarem companheiros presos e dos assaltos a bancos realizados com o objetivo de arrecadar fundos para a luta contra a ditadura. Este combate foi regulamentado pelo presidente Médici em 1970, com a edição das Diretrizes Especiais e a criação do Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGINT).

As Diretrizes Especiais e a criação dos CODI's e dos DOI's deram amparo jurídico a uma série de ações que já vinham sendo desenvolvidas dentro das Forças Armadas e que resultou na execução de grande parte das atrocidades cometidas no regime militar.

A relação entre os serviços de informações no Brasil e os comandos paralelos

Ao alocar a responsabilidade de coordenação do combate à subversão no Ministério do Exército, o seu funcionamento passou a depender do bom ou mal relacionamento dos respectivos comandantes militares das três forças.

A coordenação do ministro do Exército sobre a direção das ações se dava em nível dos Estados-Maiores. Isto quer dizer que tanto o CISA e o CENIMAR, oficialmente, não tinham obrigação nenhuma perante o SISSEGINT, pois na medida em que se subordinavam diretamente aos ministros ficavam acima desse sistema. Na prática, o

¹⁴⁴ João Paulo Moreira Burnier, 1994. p.191.

sistema criado para centralizar as ações, apenas conseguia fazê-lo, quando havia colaboração dos devidos comandantes. De forma paralela à cadeia de comando, os serviços de informações da Aeronáutica e da Marinha mantinham, nos ministérios, ampla margem de ação, agiam normalmente com o conhecimento de seus devidos comandos, colaborando com o sistema de acordo com os interesses de cada pasta ou do próprio órgão. Apenas o CIE, devido à sua subordinação direta ao Ministro do Exército, tinha obrigações para com o SISSEGINT.

De todo esse esquema, percebe-se que o funcionamento do sistema, em um nível geral, estava baseado nas relações pessoais entre os ministros militares, entre os comandantes de áreas e entre seus respectivos serviços de informações. No nível interno a cada força ele ainda dependia das relações entre os comandantes, os chefes dos serviços de informações e seus respectivos ministros.

Como veremos em seguida, estas relações não se davam de forma consensual em nenhum desses níveis, nem na colaboração entre os serviços de informações, nem no que diz respeito aos comandos internos das forças, onde foram criadas várias cadeias de comandos paralelos.

Afirmar o real relacionamento entre os vários serviços de informações do país, inclusive o SNI, não é uma tarefa fácil, pois as fontes a esse respeito são extremamente díspares. Há quem diga que estes órgãos tinham um relacionamento tão profícuo, “que se completavam.”¹⁴⁵ Na opinião do brigadeiro Burnier, não havia segredos entre os vários serviços de informações, eles eram muito bem relacionados, “os contatos eram muito diretos e havia confiança entre nós, (...) havia honestidade de propósitos, então não existia competição.”¹⁴⁶ Para o general Coelho Neto também “nunca houve choque entre eles”¹⁴⁷ e para o general Carlos Tinoco, como o SNI atuava como o órgão central do Sistema Nacional de Informações, todos os outros órgãos lhe repassavam as informações para que ele as centralize, havia uma cooperação.¹⁴⁸

De certo modo, esta também era a percepção do general Denys. Segundo sua descrição, cada serviço de informações ficava subordinado ao seu respectivo ministro e

¹⁴⁵ Amerino Raposo, 1998.

¹⁴⁶ João Paulo Moreira Burnier, 1994. p.199.

¹⁴⁷ Coelho Neto, 1994. p.234.

¹⁴⁸ Carlos Tinoco, 1998.

agia com total independência. Mas no âmbito do SISNI, “cada qual se articulava em nível federal com a Agência Central do SNI, com os centros de informações das forças co-irmãs e com a divisão de informações da polícia federal.”¹⁴⁹ Estes são apenas alguns exemplos que temos de oficiais que tiveram grande inserção na comunidade de informações e que concordam com a prevalência da colaboração entre eles.

Entretanto, temos por outro lado, depoimentos de vários participantes do regime militar, também ocupantes de cargos importantes na comunidade e que discordam desta perspectiva, como é o caso do general Ivan Mendes, que foi ministro chefe do SNI. De acordo com ele, “sempre há competição entre os órgãos de informações”, o que na sua concepção, chega até mesmo a ser positivo, uma vez que esta competição funciona como um estímulo à busca rápida e eficiente de informações.¹⁵⁰ Para o general Octávio Costa, que apesar de não ter atuado em nenhum serviço de informações, teve um papel importante no governo Médici, era muito nítido que os órgãos de informações “batiam cabeça”, conforme o termo usado por eles. Segundo seu depoimento, eles viviam disputando a primazia das ações e isto ocorria principalmente entre o CIE e o CENIMAR.¹⁵¹

Na Aeronáutica, ao que os depoimentos indicam, o CISA chegou a ser uma presença invasiva, que extrapolava e interferia nos comandos de área. Segundo o depoimento do brigadeiro Sócrates Monteiro, houve uma busca obsessiva pelo inimigo dentro do CISA, chefiada pelo brigadeiro Burnier - “um oficial mais radical do que a média.”¹⁵² Em todo lugar havia inimigos, bastava uma certa desconfiança “que os agentes de informações ligavam-se diretamente às centrais de informações sem dar conhecimento ao comandante do que estavam informando.”¹⁵³ Um dos exemplos mais citados dentro da Aeronáutica foi o caso Para-sar.

Em abril de 1968, com o aumento do número de passeatas estudantis na cidade do Rio de Janeiro, foi designada a 1ª Esquadrilha de Busca e Salvamento, o Para-Sar, para “acompanhar” as movimentações estudantis. Segundo a versão do capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, o “Sérgio Macaco”, intendente e oficial responsável pela esquadrilha

¹⁴⁹ Rubens Bayna Denys, 1998.

¹⁵⁰ Ivan Mendes, 1995. p.170.

¹⁵¹ Octávio Costa, 1995. p.266.

¹⁵² Sócrates Monteiro, 1998.

¹⁵³ Sócrates Monteiro, 1998.

que estava de férias no momento da operação, os oficiais do Para-Sar foram acompanhar a passeata estudantil à paisana e haviam recebido ordens para matar estudantes e opositores do regime. Esta denúncia criou um grande conflito em torno das questões de “autoridade” dentro da Aeronáutica, consubstanciada na disputa entre o brigadeiro Burnier e o capitão Sérgio. Este último, de menor patente, acabou sendo reformado e teve seus direitos políticos cassados por dez anos.¹⁵⁴

Mas de acordo com a concepção do próprio Burnier, responsável pela operação do CISA, não existia na atividade de informações uma preocupação em seguir uma linha direta de comando, “porque o órgão de informações não comanda nada, apenas dá informações a seu comandante”, que é quem determina as ações.¹⁵⁵ Estivesse sua concepção certa ou errada, o que ficou claro é que seu comportamento causou revolta em parte dos comandantes da Aeronáutica nos anos de 1969 e 1970.

Mas o que aconteceu na Aeronáutica parece não ter sido muito diferente do que ocorreu com o CIE dentro do Exército. Segundo o depoimento do general Zenildo Lucena ao CPDOC, havia no Exército escritórios do CIE criados pelo general Coelho Neto que funcionavam de forma independente dos comandos, ainda que com o conhecimento dos mesmos. Estes escritórios eram operados por poucas pessoas, mas de acordo com ele, sempre por pessoas com muito prestígio dentro da Força.

Dentro do Exército, a maioria dos depoimentos recolhidos também afirma que vários comandantes foram ultrapassados pelos E2 e pelos CODI's. Podemos citar, como exemplo, os generais Moraes Rego, Octávio Costa, Carlos Tinoco, Ivan Mendes, entre outros que partilham desta concepção. Apenas na Marinha esta situação parece menos evidente. Os almirantes Mauro César Rodrigues e Henrique Sabóia admitem que no momento mais crítico do combate à subversão chegou a haver algumas “distorções” dentro da força, mas nada comparado à atuação do CIE e do CISA. Os almirantes não negam possíveis “excessos” cometidos pelo CENIMAR e afirmam que em um ou outro caso eram infiltrados agentes dentro dos navios sem o conhecimento do comandante. Mas segundo os

¹⁵⁴ O capitão Sérgio foi promovido a um cargo superior ao seu, em 1990, após algum tempo de batalhas judiciais.

¹⁵⁵ João Paulo Moreira Burnier. In: D'ARAUJO M. C., SOARES, G. A.D., CASTRO. *A volta aos quartéis: memória militar sobre a abertura*. p.195.

depoentes, isto apenas ocorria quando o comandante do navio era o próprio suspeito de estar envolvido no movimento de subversão.

O mais interessante nos relatos relacionados à Marinha é que não se contradizem em momento algum. Os depoentes procuraram o tempo todo enfatizar a organização e o profundo conhecimento que o CENIMAR tinha sobre as organizações de esquerda, sua eficiência, mas não se releva a importância de uma cadeia paralela. Nas palavras do almirante Mauro César, “a Marinha segurou a mão do CENIMAR.”¹⁵⁶

É possível e provável que tenha havido mais do que “um ou outro caso de agentes infiltrados sem o conhecimento do comandante.” Talvez não se tenha ainda conseguido obter tais informações, em primeiro lugar, porque o número de depoimentos recolhidos no pessoal da Marinha é muito menor se comparado aos do Exército.¹⁵⁷ Em segundo, ainda prevalece o mito sobre o CENIMAR de que era o mais seguro e o mais eficiente serviço de informações das Forças Armadas.

É preciso ainda lembrar que quando foi criado o CENIMAR — antigo SIM — a ele havia sido atribuída a responsabilidade de subsidiar o Ministério com informações referentes à própria Marinha. Ele não foi criado como o CISA e o CIE para combater a luta armada. Já havia uma cultura anterior de informações e mesmo que tenha sofrido mudanças no final da década de 1960, é possível acreditar que ela tenha permanecido em parte.

A atuação da comunidade de informações.

A partir do final da década de 1960 a comunidade de informações se tornou uma complexa rede, que tinha como principal função acompanhar os vários campos da ação governamental. Na realidade, esta “rede” acabou por se inserir de forma institucionalizada

¹⁵⁶ Mauro César Rodrigues, 1999.

¹⁵⁷ Em relação à Aeronáutica, os números não são tão diferentes, são quatro depoimentos da Marinha para cinco da Aeronáutica, mas como a atividade do CISA foi tão intensa em um período tão curto de tempo, não havia como não obter informação alguma.

nos vários níveis da nossa organização social. Atrás da justificativa de que a conjuntura social do país exigia uma entidade capaz de manter a ordem na sociedade, as Forças Armadas se inseriram no combate à subversão e na “preservação da lei e da ordem.” Passaram não só “a controlar a oposição armada, mas também a controlar a própria sociedade.”¹⁵⁸

Analisaremos como esta imensa rede estava articulada, como funcionava e a forma como se inseriu na vida cotidiana brasileira. Para o acompanhamento deste processo recorreremos a algumas ações de responsabilidade dos serviços de informações que já são do conhecimento público.

Apesar de criados como órgãos de informações, os serviços de informações, principalmente o CISA e o CIE foram estabelecidos como órgãos responsáveis pela segurança do país e pela preservação da ordem. A comunidade de informações atuou de forma bastante independente no período de maior fechamento do regime militar, extrapolando as funções de um *intelligence service* e desenvolvendo um grande setor policial/operacional. Como reconhecem alguns militares “um setor que cresceu muito mais do que o necessário.”¹⁵⁹

Quando nos referimos a serviços de informações no Brasil, o senso comum tende sempre a lembrar do SNI como o grande órgão de repressão do regime militar, principal responsável pelas prisões e torturas, nos “porões da ditadura”. Embora não fosse o “lugar por excelência” das prisões e torturas, os agentes do SNI tiveram participação ativa nestes processos de busca e muito provavelmente colaboraram nos casos de tortura.

O que se percebe de interessante nos depoimentos consultados é uma tendência a “livrar” o SNI deste tipo de responsabilidade, atribuindo os “excessos” principalmente aos “comandos paralelos” das forças armadas.

Esta tendência está explícita principalmente no depoimento do general Fiúza de Castro, um general reconhecido como um dos mais radicais do período, que afirma que o SNI não tinha um setor de operações, “jamais operou e jamais efetuou qualquer prisão (...)

¹⁵⁸ D'ARAÚJO M. C., SOARES, G. A.D., CASTRO. *Os anos de chumbo: memória sobre a repressão*, p.18.

¹⁵⁹ A título de exemplo temos o depoimento do general Carlos Tinoco, 1998.

jamais prendeu e interrogou alguém.”¹⁶⁰ Ele não nega, entretanto, a prática corriqueira do SNI na violação de vários direitos civis do cidadão.

O SNI interceptava correspondências, roubava documentos, fazia escuta telefônica e acompanhava a vida das pessoas, tanto dos adversários políticos e suspeitos de subversão, como de integrantes da equipe governamental. Infiltrava pessoas tanto nas organizações clandestinas quanto nos organismos legalizados de oposição ao regime. O SNI inseriu agentes nos setores políticos de oposição, como era o caso do MDB e nos movimentos sindicais e estudantis. Como reconhece o brigadeiro Sócrates Monteiro,

*houve toda aquela distorção conhecida da penetração do sistema [...] o que era inicialmente programado para fazer uma coleta de informações, análise de informações e produção de uma informação legitimada final, se tornou intensa atividade operacional na busca ou participação dos eventos.*¹⁶¹

Até mesmo a Igreja Católica, uma das grandes colaboradoras do golpe militar realizado em 1964, passou a ser foco de atenção por parte do SNI em meados dos anos setenta. Os alvos principais eram o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara e o bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Maria Casaldáglia. Como os movimentos guerrilheiros de esquerda já haviam sido aniquilados pelos militares, uma das grandes preocupações dos serviços estava relacionada às discussões da Igreja sobre reforma agrária e direitos humanos. Temiam o avanço da chamada *esquerda clerical* dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Mas antes de prosseguir com os comentários a respeito da atuação do SNI e dos serviços de informações, é necessário abrir parênteses, para situar o contexto político do país naquele período.

Em meados da década de 70 o presidente Geisel já havia iniciado o processo de distensão “lenta, segura e gradual”. Os custos da permanência do poder pelos militares estavam muito altos, ao mesmo tempo em que declinavam os custos da democratização. De acordo com Donald Share e Scott Mainwaring, os principais desafios a alterar os custos da permanência no poder pelos militares eram “a sucessão de liderança, a erosão na coesão

¹⁶⁰ Fiúza de Castro, 1994, p.45.

¹⁶¹ Sócrates Monteiro, 1998.

das elites e o declínio da legitimidade.”¹⁶² Esta incapacidade de sustentação do regime já era sentida no meio militar, como reconheceu o almirante Mauro César Rodrigues.¹⁶³ Mas ao anunciar o processo de distensão, o presidente Geisel trouxe à tona um conflito que sempre existiu dentro do regime, entre os oficiais que pretendiam permanecer no poder e os oficiais que apenas desejavam restaurar a ordem civil e retornar aos quartéis.

A comunidade de informações que nesta época contava com um alto grau de autonomia, passou a se sentir ameaçada. A abertura reduziria o poder dos órgãos de informações e “sua liberdade para atuar impunemente”, como afirmou o general Moraes Rego.

Estes radicais, inseridos principalmente nos órgãos de informações, foram contra a abertura e passaram a criar resistências aos propósitos de distensão do governo. Resistências que, segundo o general Moraes Rego, eram oferecidas contra a abertura “não por princípio, mas por interesses e vantagens.”¹⁶⁴

Como forma de se manter no poder, a comunidade de informações passou a criar inimigos imaginários, usando, para tanto, pessoas e instituições reais. Segundo Alfred Stepan, “estes serviços eram alguns dos mais ferrenhos partidários do argumento que os conflitos sociais colocavam ameaças para a segurança interna e para o desenvolvimento nacional e, portanto, precisavam ser reprimidas.”¹⁶⁵

É esta resistência à saída do poder que explica uma série de atrocidades cometidas pelos serviços de informações, como é o caso das mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário Fiel Filho (1975/1976 respectivamente) mesmo após estar a luta armada completamente aniquilada.¹⁶⁶

Com a saída do presidente Ernesto Geisel, o presidente João Baptista de Figueiredo tinha como uma de suas tarefas dar prosseguimento ao processo de distensão. Sancionou o projeto de anistia ainda em 1979 e convidou pessoas que “participaram da oposição ao

¹⁶² SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. Transição pela Transação: democratização no Brasil e na Espanha. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.29, n.2, 1986. p.217.

¹⁶³ Mauro César Rodrigues, 1999.

¹⁶⁴ Moraes Rego, 1995. p.60.

¹⁶⁵ STEPAN. *Os militares: da abertura à nova república*, p.39.

¹⁶⁶ O último foco de enfrentamento armado ao regime foi a Guerrilha do Araguaia, um confronto que durou mais de DOI's anos entre o governo e o PC do B e que havia terminado em 1974.

regime militar” para trabalharem no seu governo, como declarou à imprensa recentemente.¹⁶⁷

Sem dúvida, a administração do general Figueiredo foi marcada por contradições. Ao mesmo tempo em que propunha a abertura política, possibilitou um crescimento nunca visto em um dos alicerces principais do regime militar, o SNI. Uma justificativa encontrada para tal contradição, talvez seja a relação pessoal que o presidente Figueiredo tinha com o chefe do SNI, o general Otávio Medeiros.

Nesta época, a oposição contra a abertura vinha tomando proporções drásticas. De acordo com os depoimentos coletados pelo CPDOC, o general Otávio Medeiros e o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, apoiavam a política do presidente Figueiredo. No entanto, havia dentro dos serviços de informações, “bolsões radicais” que não aceitavam o processo de abertura política e tramavam a sucessão presidencial. A perspectiva destes radicais, de acordo com o almirante Mauro César, era a de fazer do general Medeiros o sucessor do presidente Figueiredo.¹⁶⁸

Mas se os serviços de informações nesta época possuíam um poder substancial, não tinham nenhuma representatividade institucional. Apesar de crescerem consideravelmente, na prática, não tinham condições de mudar a ordem dos acontecimentos, que por sua vez caminhavam em direção contrária a seus interesses. Eram necessários sérios motivos que justificassem a permanência dos militares no poder, uma vez que o processo de abertura já durava mais de cinco anos e não havia mais formas de dar algum tipo de legitimidade ao regime. Foi quando estes radicais voltaram a planejar atentados, desta vez com o fim de incriminar a esquerda por atos subversivos e deter o processo de abertura.¹⁶⁹

Passaram a explodir bombas em São Paulo atribuídas ao general Milton Tavares. No Rio de Janeiro, explodiram bombas em bancas de jornais, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e no Riocentro.¹⁷⁰ Segundo o general Zenildo Lucena, estes atentados eram de responsabilidade do general Newton Cruz, chefe da agência Central do SNI. A opinião do general é a de que Newton Cruz desejava

¹⁶⁷ RENATO, Cláudio. Ex-presidente Figueiredo assume que houve tortura no país. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 dez. 1996. (www.estado.com.br)

¹⁶⁸ Mauro César Rodrigues, 1999.

¹⁶⁹ Uma exposição da atuação anterior destes radicais de direita pode ser encontrada In: ARGOLO, J., RIBEIRO, K., FORTUNATO, L. A J. A. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

¹⁷⁰ O Caso Riocentro também será abordado quando tratarmos das atividades desenvolvidas pelo CIE.

criar uma força policial e moral, “espelhada nos moldes da Gestapo [...] que seria uma forma de controle e chantagem.”¹⁷¹ Mas o caso Riocentro, apesar de não ter sido rigorosamente investigado, pôs fim a quaisquer esperanças dos radicais de assegurarem uma possível candidatura do general Medeiros à Presidência da República.¹⁷²

O Riocentro e as bombas na ABI e na OAB são umas das referências em que encontramos o envolvimento do SNI em operações que resultaram em morte. Um outro caso que envolve diretamente o SNI é o assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten em 22 de outubro de 1982, o famoso “caso Baumgarten”.

Baumgarten foi um jornalista que manteve estreitas relações com o SNI durante o governo Figueiredo e havia sido um dos responsáveis pela angariação de fundos para o relançamento da revista *O Cruzeiro*, que veicularia propagandas a favor do governo. O jornalista Baumgarten denunciou algumas irregularidades praticadas pelo SNI e pouco tempo depois foi encontrado morto. Baumgarten havia escrito um dossiê, no qual declarava que sua morte havia sido decidida em uma reunião da Agência Central. Na época da apuração dos fatos, o dossiê sumiu e o caso foi arquivado por falta de provas.¹⁷³ Entretanto, não restam muitas dúvidas de que seu assassinato tenha sido uma queima de arquivo.

Como pode ser observado, a participação do SNI em ações que implicaram em mortes, prisões, fraudes e violação de direitos humanos e civis e a expansão desse serviço durante o governo Figueiredo não corroboram a perspectiva dos depoimentos aqui analisados, que buscavam minimizar sua atuação durante o regime militar.

Os depoimentos indicam, contudo, que houve um redirecionamento e uma redução do poder e das atividades do SNI durante o governo Sarney, como confirmam o general Fernando Cardoso, que foi chefe do CIE, e o próprio general Ivan de Souza Mendes, responsável pelo SNI durante aquele governo.

De acordo com o general Ivan, em sua administração ele teria dispensado pessoas que não achava confiáveis, chamado novos quadros para o serviço e reduzido o quadro de

¹⁷¹ Zenildo Lucena, 1999.

¹⁷² Informações detalhadas sobre a articulação da extrema direita em relação à abertura política podem ser encontradas In: ARGOLO, RIBEIRO e FORTUNATO. *A direita explosiva no Brasil*.

¹⁷³ Algum tempo depois o inquérito foi reaberto, pelo fato de ter surgido uma testemunha que afirmava ter visto o general Newton Cruz com o jornalista, poucos dias antes de sua morte, bem próximo ao lugar que o corpo foi encontrado. O general Newton Cruz foi processado e declarado inocente por unanimidade.

peçoal do SNI que em sua época giraria em torno de 2.500 pessoas. Teria feito também uma reformulação doutrinária, procurando formar mais civis dentro da ESNI. Chegou até mesmo a convidar a imprensa para conhecer as dependências do SNI.¹⁷⁴

Não obstante tivesse consciência de que o principal inimigo do país fosse o externo, ao qual um serviço de informações deveria estar atento, durante o governo Sarney o general Ivan continuou acompanhando os movimentos grevistas, que de acordo com seus cálculos, ultrapassaram a casa dos cinco mil naquele período.

Segundo ainda seu depoimento, nesta época o SNI agia em perfeita sintonia com o Ministério do Trabalho. Fazia relatórios mensais enviados ao ministro Pazzianoto sobre a situação da *segurança interna*, para que fossem tomadas as devidas providências.¹⁷⁵ Contrariamente ao que foi dito, as reivindicações trabalhistas ainda eram vistas como fator que afetava a segurança interna do país.

Outro “erro” cometido pelo SNI neste período, como o próprio general Ivan reconheceu, diz respeito ao plano Cruzado, quando o órgão se engajou “na busca dos alimentos perdidos”. De acordo com ele, “havia gente do SNI para caçar boi no pasto, porque era considerado interesse do Estado.”¹⁷⁶

E as ações não pararam por aí. Em 1987, de acordo com o depoimento do general Carlos Tinoco, o SNI ainda preparava relatórios contendo “a síntese da subversão no Brasil.”¹⁷⁷ Durante as eleições presidenciais de 1989 acompanhou o movimento dos candidatos de esquerda do país e infiltrou agentes no 6º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores.¹⁷⁸

Neste período em particular, as principais violações cometidas pelo SNI estavam relacionadas ao direito civil, à invasão de privacidade, de correspondências e ao grampeamento de telefones. Entretanto, no que diz respeito às violações dos direitos humanos ocorridas durante o período militar, deve-se sempre levar em conta que o SNI foi o cabeça do sistema técnico, que atuou de forma isolada e/ou conjunta com os órgãos de

¹⁷⁴ Ivan Mendes, 1995. p.162.

¹⁷⁵ Ivan Mendes, 1995. p.157.

¹⁷⁶ Ivan Mendes, 1995. p.168.

¹⁷⁷ Carlos Tinoco, 1998.

¹⁷⁸ SARKIS, Otto., NOVAIS, Luiz Antônio. O SNI nas pegadas do PT. *ISTOÉ*, São Paulo, 4 maio. 1994. p.20-23.

informações das Forças Armadas que tiveram sua atuação extremamente ligada à repressão.

O Centro de Inteligência do Exército foi um dos serviços mais envolvidos com a repressão política, o que se justifica, talvez, pelo fato de que coube ao Exército coordenar toda a atividade de repressão e a ele foram subordinados os Destacamentos de Operações Interna (DOI's). O próprio CIE já foi criado como um órgão de informações e operações, muito diferente da atividade das 2^{as} Seções que atuavam como órgãos de preparo e de decisão.

De acordo com os depoimentos, a parcela dentro do Exército que participava da atividade de informações e que tinha poder de comando operacional era muito pequena, como afirmam os generais Carlos Tinoco, Octávio Costa e Zenildo Lucena.¹⁷⁹ A maior parte da instituição se encontraria alheia à atuação dos destacamentos, às operações empreendidas e às pessoas que eles prendiam, embora soubessem o que acontecia lá dentro. Esta pequena parcela seria formada, em seu nível mais elevado, por um grupo de radicais, justamente aquele que foi contra o projeto de abertura do governo Geisel.

De acordo com o depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, o CIE tratava apenas de questões relativas a segurança interna do país. As questões relativas ao exterior ainda eram de responsabilidade das E2 do Estado Maior, assim como cabia ao SNI a preocupação com atividades de contra-informações.¹⁸⁰

Para atender à responsabilidade de manter a segurança interna do país, o CIE tinha pessoal especializado para entrar em vários lugares e fazer interrogatórios. Interceptava cartas e investigava a vida de pessoas ligadas aos movimentos de esquerda, principalmente o PC do B e prendia pessoas sem mandatos judiciais. Isto tudo justificado pela situação de excepcionalidade em que o país se encontrava.

Segundo o general Fiúza, no CIE apenas não havia, inicialmente, gente treinada especificamente para combater a prática de seqüestro, mas, em compensação, tinha oficiais extremamente habilidosos em combate de rua, em combate corpo a corpo, uma equipe capaz de entrar no local e liquidar com todos os seqüestradores.¹⁸¹

¹⁷⁹ Octávio Costa, 1995. p.116; Zenildo Lucena, 1999 e Carlos Tinoco, 1998.

¹⁸⁰ Fiúza de Castro, 1994. p.60.

¹⁸¹ Fiúza de Castro, 1994. p.60.

O CIE também tinha capacidade de grampear telefones, atividade que cabia apenas ao CIE, pois não eram atividades do Exército e nem dos CODI's e dos DOI's. Como o CIE tinha autonomia para operar em todo o Brasil, recebia informações obtidas através de grampos telefônicos de todas as partes do país.

Pelo depoimento do general Fiúza no livro *Anos de chumbo*, podemos perceber que a tortura era uma prática comum, que ocorria, principalmente, dentro dos Destacamentos de Operações Interna. É um dos poucos depoentes que admite a prática de tortura como algo corriqueiro dentro do regime militar. A maioria dos militares que assume a existência de tortura comenta apenas que realmente houve “alguns excessos” e que sempre foram cometidos por comandos paralelos. A prática de tortura nunca teria se dado em cumprimento de ordens superiores, como afirmou o ex-presidente Figueiredo, em depoimento à imprensa.¹⁸²

Existem também, aqueles que não admitem a prática de tortura em hipótese alguma, como é o caso do general Coelho Neto. Coincidentemente ele também foi um dos oficiais conhecidos como um dos mais radicais do regime. De acordo com o general, não houve tortura e sim uma política das pessoas de esquerda de denunciar a prática de tortura. Era, segundo ele, uma forma que encontraram para justificar as delações que cometiam. Nos dizeres do general, “levavam apenas uns tapinhas” e diziam que haviam sido torturados. Na sua perspectiva, dava-se apenas “uns cascudos ou encontrões [e] isto não é tortura, tortura é outra coisa.”¹⁸³ O general Leônidas Pires, outro radical que comandou o CODI (responsável pelo DOI) por mais de 2 anos, também não admite ter havido tortura em sua área durante o tempo em que esteve no comando.¹⁸⁴

Mas pelo que foi visto, estes organismos eram os lugares por excelência da prática de tortura no país, principalmente os DOI's. As atividades desenvolvidas dentro deles eram super reservadas, seu pessoal não andava fardado e andavam com viaturas “frias”. De acordo com vários depoimentos essas viaturas eram normalmente carros apreendidos em batidas e que não eram devolvidos, apenas trocavam-se suas placas. Era o pessoal do DOI o

¹⁸² RENATO, Cláudio. Ex-presidente Figueiredo assume que houve tortura no país, *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 dez. 1996. (www.estado.com.br)

¹⁸³ Coelho Neto, 1994. p.238.

¹⁸⁴ O general Pires esteve à frente do 1º Exército entre 1974 e 1976. Leônidas Pires, 1994. p.242.

responsável pela captura, encarceragem e interrogatórios de presos considerados “subversivos”.

O general Fiúza disse que uma parte do pessoal responsável pelos interrogatórios nos DOI's fez treinamento no *British Intelligence Service* [sic]. Buscavam conhecimentos sobre a Doutrina de Contra Insurgência desenvolvida pelos ingleses no combate ao comunismo durante a guerra com a Malásia em 1954-1957. O general até relatou exemplo de uma técnica aprendida com o pessoal do serviço de inteligência inglês:

Interroga-se o prisioneiro de guerra logo que ele é aprisionado, porque neste momento ele diz muita coisa. Depois que se recompõe, já não fala tanto. Porque o medo é um grande auxiliar no interrogatório. Os ingleses recomendam que só se interroge o prisioneiro despido porque, segundo eles, uma das defesas do homem e da mulher, evidentemente, é a roupa. Tirando a sua roupa, fica muito agoniado, num estado de depressão muito grande. E esse estado de desespero é favorável ao interrogador. [...] É uma técnica praticamente generalizada.¹⁸⁵

Ele também descreve como se davam os interrogatórios dentro dos DOI's. Declarou que o pessoal que participava do interrogatório não era o mesmo pessoal da captura, “porque as atividades desenvolvidas pelo interrogador e pelo captor são completamente diferentes.” Os interrogadores eram oficiais, em sua maioria, majores, pois a prática de interrogatório exigia um grande nível de preparação.¹⁸⁶ Os interrogatórios eram todos monitorados através do uso de espelhos falsos e através de aparelhos de escutas colocados dentro das salas. Seu andamento dependia sempre do tempo disponível para a obtenção da informações. Se havia tempo disponível, eram utilizados vários métodos psicológicos, como manter o preso em uma sala escura, mantê-lo incomunicável durante 48 horas, entre outros. Quando não existia tempo, “ou desistia do interrogatório” — o que é pouco provável — “ou se aplicavam métodos violentos.”¹⁸⁷ Ainda segundo o próprio Fiúza, o pessoal no CIE não tinha escrúpulos, vale lembrar que os DOI's eram constituídos principalmente de agentes do CIE.¹⁸⁸

¹⁸⁵ Fiúza de Castro, 1994, p.62.

¹⁸⁶ Fiúza de Castro, 1994, p.60.

¹⁸⁷ Fiúza de Castro, 1994, p.67.

¹⁸⁸ Fiúza de Castro, 1994, p.68.

Apesar de afirmar que as técnicas de interrogatório desenvolvidas eram inspiradas no modelo inglês, o general Fiúza procurou humanizar e/ou amenizar a forma com que elas foram conduzidas. Segundo ele,

Nos DOI's (...) quando o preso entrava, a primeira coisa que fazia é identificá-lo. Ele era fotografado, tiravam-se as impressões digitais, e se fazia, inicialmente, um interrogatório muito ligeiro (...) E depois, eles não podiam ficar com a roupa que estavam, porque podia esconder qualquer coisa. Então, eram mandados se despir, e era fornecida uma roupa especial, uma espécie de macaquinho. Para as moças(...) também era dado imediatamente um "modess", porque a primeira coisa que acontece com a mulher quando é submetida a essa angústia da prisão é ficar menstruada. E fica escorrendo sangue pela perna abaixo, uma coisa desagradável. Em seguida, tomavam um banho, trocavam a roupa. O Frota fazia questão de cada cela tivesse roupas de cama limpas.¹⁸⁹

Basta lembrar que oficiais brasileiros fizeram cursos na Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, e que tiveram aulas de tortura ministradas por estrangeiros no Brasil com o uso de prisioneiros políticos como cobaias, para perceber que a realidade foi diferente do que supõe o depoimento do general.¹⁹⁰

O CIE possuía lugares próprios para este tipo de "interrogatório" que ficaram conhecidos durante o regime militar pelo pessoal das organizações de esquerda e pela imprensa. Alguns dos exemplos mais flagrantes são o caso da Barão de Mesquita no Rio e a "casa de Petrópolis", situada na rua Arthur Barbosa. A casa de Petrópolis foi designada pela imprensa como "A Casa da Morte". De acordo com o jornalista Élio Gáspari, ela era assim denominada, porque "poucos foram os que saíram dela com vida. Montada em 71, essa casa estava apensa à política de extermínio dos líderes do terrorismo da esquerda. Era uma das centrais de "desaparecimento de pessoas."¹⁹¹

Em depoimento concedido à Folha de São Paulo em 12 de março de 2000, o tenente Amilcar Lobo, discorrendo sobre política da casa de Petrópolis, disse que haveria uma ordem do próprio ministro do Exército, o general Orlando Geisel,

¹⁸⁹ Fiúza de Castro, 1994. p.60.

¹⁹⁰ Os depoimentos sobre os cursos são encontrados In: ARNS, Dom Paulo Evaristo (org.) *Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

¹⁹¹ GÁSPARI, Élio. Atualidade do Riocentro se chama impunidade. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de out. 1999. (www.estado.com.br)

*para que todas as pessoas [que teriam sido presas] que abandonaram o país, principalmente as que escolheram o Chile como refúgio, fossem mortas após esclarecerem devidamente as atividades terroristas do grupo a que pertenciam [...] Os presos eram interrogados, posteriormente, mortos.*¹⁹²

Mas as práticas ilícitas cometidas pelo CIE não ocorriam apenas dentro destes “porões”. O CIE também explodia bancas de jornais, seqüestrava pessoas, espancava. Foi um dos principais responsáveis pela morte de vários militantes do PC do B durante a Guerrilha do Araguaia.

Inclusive, a Guerrilha do Araguaia continua como uma das grandes incógnitas do regime militar. Ainda não se sabe ao certo quantos militantes foram mortos em combate e nem mesmo onde se encontram seus corpos. A guerrilha terminou em 1974 e até hoje existem buscas por corpos naquela região. As poucas referências sobre o número de militantes que se encontravam naquela região vêm dos oficiais daquela época. Segundo o depoimento do general Coelho Neto, que era subcomandante do CIE e responsável pela “Seção de Comunismo Internacional” e investigava todos os contatos do PC do B, havia pelo menos umas 60 pessoas fixadas na região, além de outros adeptos da cidade e dos militantes que ficavam circulando entre o Araguaia e os grandes centros.¹⁹³

Esta guerrilha foi tratada durante muito tempo como segredo de Estado, nem mesmo algumas pessoas do próprio Exército sabiam de seu desenvolvimento. Foi a última operação elaborada pela esquerda, mais precisamente, pelos militantes do PC do B, como forma de enfrentamento armado à ditadura militar. Depois de 1974, pode-se dizer que a oposição armada ao regime havia sido aniquilada pelos militares.

Após o fim da guerrilha e o começo do processo de Abertura, o CIE, assim como o SNI, passaram a desenvolver ações que visavam prejudicar o processo de distensão.

Documentos recentemente divulgados pelo general Antônio Bandeira, ex-comandante do III Exército, demonstram que os Serviços de Informações do Exército e da Aeronáutica acusavam o presidente Geisel de permitir, em 1975, a rearticulação dos movimentos de esquerda e alarmavam os ministros militares para o perigo da retomada comunista.

¹⁹² A hora do Lobo, a Hora do Carneiro. *Folha de São Paulo*. 12 de março de 2000. (www.folha.com.br)

¹⁹³ Coelho Neto, 1994. p.233.

Neste mesmo ano, em 25 de outubro, ocorreu o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, dentro das dependências do DOI do II Exército e logo depois foi a morte de Manoel Fiel Filho. O presidente Geisel, com o objetivo de desestimular a onda do “terrorismo de direita”, responsabilizou o comandante Ednardo D’Avila do II Exército, a quem, em última instância, ficava subordinado aquele destacamento e o exonerou do comando do Exército.

Mas os radicais continuaram sua política de dificultar a abertura mesmo após esta punição. No governo Figueiredo ainda ocorreram várias ações do CIE em conjunto com os outros órgãos de informações e com os órgãos policiais. Um dos exemplos mais conhecidos foi o caso Riocentro. Embora não tenha sido a última tentativa de abortar o processo de abertura, foi um dos mais conhecidos casos de terrorismo de direita no Brasil e um dos grandes responsáveis pelo crescimento da desmoralização do governo militar junto à sociedade civil.

Na noite de 30 de abril de 1981, num *show* musical em comemoração ao dia do trabalho, durante o governo do general João Baptista Figueiredo, duas bombas explodiram no Centro de Convenções do Rio de Janeiro, o Riocentro. Uma bomba explodiu em um Puma no estacionamento e uma outra na casa de força. Na explosão que ocorreu dentro do carro, morreu o sargento do DOI-Codi do I Exército, Guilherme do Rosário, que estava com a bomba no colo e feriu o capitão Wilson Machado, que estava no volante do carro.¹⁹⁴

Na época foi feito um inquérito militar para apurar estas explosões. O IPM foi conduzido pelo então coronel Job Lorena de Sant’Anna, que concluiu que as bombas eram obras dos grupos de esquerda. O IPM apontava os grupos Vanguarda Popular Revolucionária — VPR, Movimento Revolucionário 8 de Outubro — MR-8, e Comando Delta como os responsáveis pelo atentado. Não há dúvidas de que este inquérito foi falacioso e de que não houve interesse real do presidente Figueiredo em apurar as responsabilidades pelos atentados. Pelo que tudo indica, o atentado ao Riocentro foi obra dos agentes do DOI, do CIE e do SNI, ainda dentro da perspectiva de deter o processo de abertura.

O constatação de que o Riocentro não foi, em hipótese alguma, obra dos grupos de esquerda é um dos poucos exemplos de consenso entre os depoentes. Para estes oficiais, a

¹⁹⁴ Após este acidente o capitão prosseguiu normalmente em sua carreira militar.

atitude partiu de agentes da área de informações, provavelmente do CIE e do SNI. No entanto, quase nenhum deles acredita que tenha sido um ato institucional. Apenas concordam que se tratou de mais um ato isolado, desencadeado pelos comandos paralelos da comunidade de informações.¹⁹⁵ Em declaração dada à imprensa, o general Golbery do Couto e Silva, que era chefe da Casa Civil da Presidência da República, acusou o general Coelho Neto como mandante da explosão e nada foi apurado neste sentido.¹⁹⁶

Mas mesmo que não tenha sido um ato institucional, pessoas relacionadas ao alto nível do SNI, como o general Newton Cruz e ao alto escalão do Exército tinham conhecimento destes planos e com ele foram coniventes. Caso o inquérito fosse conduzido de forma rigorosa, acabaria por atingir pessoas do alto escalão do governo e de extrema intimidade do presidente Figueiredo, como era o caso do general Otávio Medeiros, chefe do SNI e do general Newton Cruz, chefe da Agência Central. Houve um movimento corporativista, no sentido de impedir que as informações pudessem ser realmente averiguadas, com o qual o presidente Figueiredo concordou.¹⁹⁷

Depois do caso Riocentro, agentes do CIE ainda fizeram panfletagens dentro dos quartéis e picharam muros, associando a figura do candidato Tancredo Neves ao comunismo internacional, como tentativa desesperada de ameaçar o processo de abertura, que naquela ocasião, já estava praticamente concluído.

O CIE e o SNI foram uns dos principais responsáveis pelo terrorismo de direita ocorrido no país a partir do projeto de distensão. A participação dos outros serviços de informações das Forças Armadas em relação à abertura, ao que tudo indica, foi bem mais ponderada.

As informações sobre a participação do CENIMAR, além de serem poucas são sempre vagas. O general Octávio Costa ao abordar o assunto da repressão, disse que o CIE

¹⁹⁵ Existe uma informação que parece colaborar para o fato de que os depoentes concordem que o caso Riocentro tenha sido “coisa do comando paralelo”, principalmente do Exército. Existe uma discreta relação entre o caso Riocentro e as mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, que sem dúvida, foi um enfrentamento dos radicais ao processo de abertura. De acordo com os general Moraes Rego e com o ex-presidente Geisel, o coronel José de Barros Paes era chefe da 2ª Seção em São Paulo em 75 e 76, quando ocorreram estas duas mortes, e, coincidentemente, era o chefe as 2ª Seção do Rio na época do Riocentro. Outra fonte de informações que corrobora com a atuação destes grupos de extrema direita podem ser encontradas In: ARGOLO, RIBEIRO e FORTUNATO. *A Direita explosiva no Brasil*, 1996.

¹⁹⁶ GÁSPARI, Élio. Atentado do Riocentro se chama impunidade. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 out. 1999. (www.estado.com.br)

¹⁹⁷ O caso Riocentro foi reaberto em 1999 e em maio de 2000 o Superior Tribunal Militar o arquivou pela Segunda vez, cabendo ainda recursos ao caso.

e o CENIMAR foram os órgãos mais atuantes naquele momento, mas não deu referências a que tipo de atuação.¹⁹⁸ O almirante Sabóia assume que no momento em que tiveram que atuar no combate à subversão, “houve muitas distorções”, mas também não as qualificou.¹⁹⁹ O almirante Mário César Flores afirmou que a participação do CENIMAR nas operações de repressão junto ao CIE e às polícias dentro dos DOI’s era diminuta, como já havia nos narrado o general Fiúza de Castro. O que se sabe de mais concreto em relação à atuação do CENIMAR, informações repassadas pelo almirante Serpa, é que o órgão participou das buscas do embaixador americano, auxiliou o CIE tanto na caçada ao capitão Lamarca, quanto na Guerrilha do Araguaia, e vasculhava a vida de seu próprio pessoal com o auxílio da área policial.²⁰⁰

Informações sobre a atuação do serviço de informações da Aeronáutica são um pouco mais precisas do que do CENIMAR, talvez até mesmo pelo fato de o CISA ter tido uma intensa participação no período de repressão em um espaço de tempo muito curto. O CISA teve como auge de seu movimento operacional, os anos entre 69 a 70, quando foi comandado pelo brigadeiro Burnier.

Assim como o CIE, o CISA também realizava grampos telefônicos, instalava aparelhos de escutas, além de seu pessoal se apropriar ilegalmente de carros apreendidos nas operações. O CISA também participou da caçada ao capitão Lamarca e colaborou com o CIE no combate à guerrilha do Araguaia.

Embora o brigadeiro Burnier, um dos oficiais mais radicais da Aeronáutica, seja o único a negar a existência da atividade de tortura dentro dessa força, o CISA teve sua atuação no combate à repressão também intimamente ligada a esta prática.²⁰¹ Tinha um presídio na base aérea do Galeão, restrito ao pessoal da área de informações. De acordo com os depoimentos, as denúncias de tortura dentro do presídio incomodavam até mesmo a oficialidade da Aeronáutica. Foi lá que ocorreu o caso do Stuart Angel, filho da estilista Zuzu Angel, obrigado a aspirar o escapamento de um jipe e arrastado amarrado ao carro naquele pátio até à morte.

¹⁹⁸ Octávio Costa, 1995. p.106.

¹⁹⁹ Henrique Sabóia, 1998.

²⁰⁰ Ivan Serpa, 1997.

²⁰¹ João Paulo Moreira Burnier, 1994. p.203.

Apesar de não mergulharmos minuciosamente nesta área ainda nebulosa da recente história política brasileira, não era esta nossa proposta, podemos perceber que foram estas práticas exercidas pelos serviços de informações — mortes, torturas e perseguições — as principais responsáveis pela resistência criada pela sociedade em relação aos serviços de informações mesmo no período democrático.

Mas uma vez conscientes da importante necessidade desta atividade para a defesa nacional e para a condução política do país, o Poder Executivo, tanto militar quanto civil, e o Poder Legislativo vêm, atualmente, buscando formas de readaptar seus órgãos de informações aos seus legítimos interesses e de afastá-los da relação existente entre atividade de informações e violações aos direitos civis e humanos. Perceber quais mecanismos foram e estão sendo adotados por estes poderes para superar o caráter deteriorado construído ao longo dos vinte anos de regime militar será o objetivo do próximo capítulo.